

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
MULUNGU**



LEI N° 349/2018.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A APLICAR O INCENTIVO FINANCEIRO DO PMAQ-AB, CONCEDIDO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIAS DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA - PMAQ-AB, EM PROL DA EQUIPE DA ATENÇÃO BÁSICA QUE OBTIVER CLASSIFICAÇÃO DE DESEMPENHO CERTIFICADA NOS TERMOS DO ARTIGO 16 DA PORTARIA 1.654/2011, REVOGA A LEI MUNICIPAL N° 238/2014 DE 28 DE JANEIRO DE 2014 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MULUNGU, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono e Promulgo a seguinte Lei:

ART.1° - Fica o Poder Executivo autorizado a aplicar o Incentivo Financeiro do **PMAQ-AB**, concedido de forma variável pelo Ministério da Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – **PMAQ-AB**, em prol da Equipe da Atenção Básica que obter classificação de desempenho certificada nos termos do Artigo 16 da Portaria 1.654/2011.

ART.2° - O Poder Executivo Municipal aplicará o Incentivo Financeiro do **PMAQ-AB** em prol dos Profissionais integrantes das Equipes Certificadas pelo Ministério da Saúde, em forma de gratificação do total repassado pelo Ministério da Saúde, somando-se os valores das **Equipes Saúde da Família (ESF) e das Equipes de Saúde Bucal (ESB)**, deste montante, **45% (quarenta e cinco por cento)** será destinado à gratificação dos Profissionais, obedecidos os seguintes critérios:

I) – COORDENADOR DE ATENÇÃO BÁSICA – Caberá a Coordenação **6% (seis por cento)** do valor destinado à Gratificação por cada Equipe Certificada de acordo com o valor recebido pela Equipe em virtude do desempenho atingido durante a Certificação.

II)– COORDENADOR DE SAÚDE BUCAL – **2%(dois por cento)** do valor destinado à Gratificação por cada Equipe Certificada de acordo com o valor recebido pela Equipe em virtude do desempenho atingido durante a Certificação.

~~**III) – NÍVEL SUPERIOR (ENFERMEIROS) – 27%(VINTE E SETE POR CENTO) DO VALOR DESTINADO À GRATIFICAÇÃO DA CADA EQUIPE NA QUAL ESTÁ LOCADO DE ACORDO COM O VALOR RECEBIDO EM VIRTUDE DO DESEMPENHO ATINGIDO DURANTE A CERTIFICAÇÃO.**~~

III) – NÍVEL SUPERIOR (Enfermeiro) – 26%(vinte e seis por cento) do valor destinado à Gratificação da Equipe na qual está locado de acordo com o valor recebido em

FL.02

virtude do desempenho atingido durante a Certificação. **(REDAÇÃO DADA PELA PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA N° 008/2018 DE 10/12/2018).**

~~IV) – NÍVEL SUPERIOR (CIRURGIÃO DENTISTA) – 22%(VINTE E DOIS POR CENTO) DO VALOR DESTINADO À GRATIFICAÇÃO DA CADA EQUIPE NA QUAL ESTÁ LOCADO DE ACORDO COM O VALOR RECEBIDO EM VIRTUDE DO DESEMPENHO ATINGIDO DURANTE A CERTIFICAÇÃO.~~

IV) – NÍVEL SUPERIOR (Cirurgião Dentista) – 21%(vinte e um por cento) do valor destinado à Gratificação da Equipe na qual está locado de acordo com o valor recebido em virtude do desempenho atingido durante a Certificação. **(REDAÇÃO DADA PELA PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA N° 008/2018 DE 10/12/2018).**

~~V) – NÍVEL MÉDIO (AUXILIAR, TÉCNICO EM ENFERMAGEM E AUXILIAR, TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL): 33%(TRINTA E TRÊS POR CENTO) DO VALOR DESTINADO À GRATIFICAÇÃO DA EQUIPE NA QUAL ESTÁ LOCADO DE ACORDO COM O VALOR RECEBIDO VIRTUDE DO DESEMPENHO ATINGIDO DURANTE A CERTIFICAÇÃO.~~

V) – NÍVEL MÉDIO (Auxiliar, Técnico em Enfermagem): 24% (vinte e quatro por cento). (Auxiliar, Técnico de Saúde Bucal): **11% (onze por cento)** do valor destinado à Gratificação da Equipe da qual está locado de acordo com o valor recebido em virtude do desempenho atingido durante a Certificação. **(REDAÇÃO DADA PELA PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA N° 008/2018 DE 10/12/2018).**

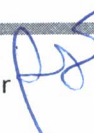
VI) – NÍVEL MÉDIO (Auxiliar ou Técnico em Enfermagem volante): 2% (dois por cento) do valor destinado à Gratificação por cada Equipe atendida de acordo com o valor recebido pela Equipe em virtude do desempenho atingido durante a Certificação.

VII) – Nível Médio (Agente Administrativo): 5% (cinco por cento) do valor destinado à Gratificação da Equipe na qual está locado de acordo com o valor recebido em virtude do desempenho atingido durante a Certificação, a ser rateado de forma igualitária entre os Profissionais integrantes dessa categoria na Equipe.

VIII) – NÍVEL MÉDIO (Auxiliar de Serviços Gerais): 3%(três por cento) do valor destinado à Gratificação da Equipe na qual está locado, de acordo com o valor recebido em virtude do desempenho atingido durante a Certificação.

~~PARÁGRAFO ÚNICO – CADA EQUIPE RECEBERÁ O VALOR CORRESPONDENTE AO REPASSE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PROPORCIONAL AO CUMPRIMENTO DAS METAS EXIGIDAS PELO PMAQ AB, PODENDO OCORRER VARIAÇÕES ANUAIS DE ACORDO COM O DESEMPENHO ATINGIDO.~~

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Cada Equipe receberá o valor correspondente ao repasse do Ministério da Saúde, proporcional ao cumprimento das metas exigidas pelo **PMAQ-AB**,



FL.03

podendo ocorrer variações anuais de acordo com o desempenho atingido. **(REDAÇÃO DADA PELA PROPOSTA DE EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 001/2018 DE 10/12/2018).**

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Equipe Certificada como “**ÓTIMA**” fará jus a Gratificação extra de **5% (cinco por cento)**. **(REDAÇÃO DADA PELA PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº 002/2018 DE 10/12/2018).**

ART.3º - Compõem a Equipe Saúde da Família os seguintes profissionais: Médico, Enfermeiro, Auxiliar ou Técnico em Enfermagem, Agente Administrativo e Auxiliar de Serviços Gerais e não entrará outra classe de Profissionais nesta Lei.

ART.4º - Compõem a Equipe da Saúde Bucal os seguintes Profissionais: ESB Modalidade I - Cirurgião Dentista e Auxiliar de Saúde Bucal-ASB- ESB Modalidade II – Cirurgião Dentista, Auxiliar de Saúde Bucal- ASB e Técnico em Saúde Bucal- TSB.

ART.5º - Caberá à Coordenação da Atenção Básica Municipal o acompanhamento, avaliação e gerenciamento de metas da **ESF**, em conformidade com a Equipe Avaliadora do **PMAQ-AB** Estadual/Federal.

ART.6º - Caberá à Coordenação da Saúde Bucal Municipal o acompanhamento, avaliação e gerenciamento de metas da **ESB**, em conformidade com a Equipe Avaliadora do **PMAQ-AB** Estadual/Federal.

ART.7º - Não farão Jus à gratificação os Servidores que se enquadram nos requisitos fixados nos Artigos anteriores, e que tenham permanecido em Exercício por pelo menos 03 (três) meses consecutivos durante o período de cumprimento das metas da **ESF** ou **ESB** de referência.

§1º - Não farão jus à gratificação referente ao mês os Servidores que não cumprirem a carga horária estabelecida de 40 (quarenta) horas semanais.

§2º - Não farão jus à gratificação referente ao Mês os Servidores afastados ou licenciados do Serviço, sendo que Servidores com apresentação de Atestado Médico ou outras justificativas receberão o valor do Incentivo Proporcional aos dias trabalhados.

§3º - Não farão jus à gratificação referente ao Mês os Profissionais vinculados à Equipe que exerça suas funções com remuneração por meio de bolsas concedidas pelo Programa “mais médicos” ou outros programas similares.

§4º - Na ocorrência de um dos Parágrafos anteriores, ou na ausência de um ou mais profissionais integrantes da equipe, seu incentivo será rateado entre os demais profissionais da equipe.

FL.04

§5º - Os Profissionais terão direito ao recebimento do Incentivo Financeiro do **PMAQ-AB** nos meses trabalhados como também no mês em que estiverem gozando férias.

§6º - Os Profissionais que já recebam gratificação baseada em Lei anterior terão o valor referido nesta Lei somado, porém não incorporado a qualquer outra forma de reajuste salarial, gratificação ou vantagem, bem como não servirá de base de cálculo para as consignações a que estiver sujeito o Servidor, exceto a tributação legal.

§7º - As gratificações instituídas nessa Lei não integrarão a base de cálculo de Contribuição Previdenciária e, por seu caráter "*pro labore faciendo*", não serão incorporadas aos Proventos de inatividade nem devidas a inativos ou pensionistas.

§8º - As gratificações serão pagas mensalmente na Folha de Pagamento e serão vinculadas ao recebimento do Recurso Federal pelo Fundo Municipal de Saúde – **FMS** – Mulungu.

ART.8º - A gratificação ora criada terá validade conforme o repasse automático fundo a fundo do Programa do componente de qualidade do Piso de Atenção Básica variável (PAB variável) Saúde da Família do Ministério da Saúde, de acordo com os valores determinados pela Portaria N° 562, de 04 de Abril de 2013.

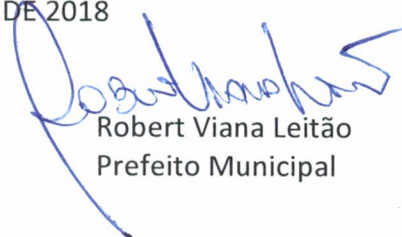
ART.9º - Fica revogada automaticamente a gratificação em caso de extinção do **PMAQ-AB** por parte do Ministério da Saúde, sem qualquer responsabilidade por parte da Prefeitura Municipal de Mulungu.

ART.10º - Fica revogada a Lei Municipal N° 238/2014 de 28 de Janeiro de 2014 e todas as disposições em contrário.

ART.11º – As Despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Orçamento fiscal vigente.

ART.12º - Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos ao dia Primeiro de Novembro de 2018.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU ESTADO DO CEARÁ EM 14 DE DEZEMBRO DE 2018



Robert Viana Leitão
Prefeito Municipal